

# Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

## ANOTADO

Aprovado pelo Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 200/2004, de 18 de Agosto, pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, pelo Decreto-Lei nº 282/2007, de 7 de Agosto, pelo Decreto-Lei nº 116/2008, de 4 de Julho, pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, pela Lei nº 16/2012, de 20 de Abril, pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, pelo Decreto-Lei nº 26/2015, de 6 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei nº 79/2017, de 30 de Junho, pela Declaração de Rectificação nº 21/2017, de 25 de Agosto, pela Lei nº 114/2017, de 29 de Dezembro, pela Lei nº 8/2018, de 3 de Março, pelo Decreto-Lei nº 84/2019, de 28 de Junho, pela Lei nº 99/2021, de 31 de Dezembro, e pela Lei nº 9/2022, de 11 de Janeiro.

**2022 • 12ª Edição**

**Luís Manuel Teles de Menezes Leitão**

Doutor e Agregado em Direito

Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa

Advogado e Jurisconsulto

Bastonário da Ordem dos Advogados

# **CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS**

AUTOR

Lúis Manuel Teles de Menezes Leitão

1ª Edição: Maio, 2004

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Junho, 2022

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

Código da insolvência e da recuperação de empresas

Código da insolvência e da recuperação de empresas: anotado / Luís

Menezes Leitão. – 12ª ed. – (Códigos anotados)

ISBN 978-989-40-0531-5

I – LEITÃO, Luís Menezes, 1963-

CDU 347

## ÍNDICE-SUMÁRIO

DECRETO-LEI Nº 53/2004, DE 18 DE MARÇO	5
DECRETO-LEI Nº 200/2004, DE 18 DE AGOSTO	37
DECRETO-LEI Nº 282/2007, DE 7 DE AGOSTO	39
LEI Nº 16/2012 DE 20 DE ABRIL	43
DECRETO-LEI Nº 26/2015, DE 6 DE FEVEREIRO	45
DECRETO-LEI Nº 79/2017, DE 30 DE JUNHO	51

## ANEXO – CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

	57
TÍTULO I – Disposições introdutórias	57
CAPÍTULO I – Disposições gerais	57
CAPÍTULO II – Processo especial de revitalização	76
TÍTULO II – Declaração da situação de insolvência	104
CAPÍTULO I – Pedido de declaração de insolvência	104
SECÇÃO I – Legitimidade para apresentar o pedido e desistência	104
SECÇÃO II – Requisitos da petição inicial	111
CAPÍTULO II – Tramitação subsequente	115
CAPÍTULO III – Sentença de declaração de insolvência e sua impugnação	123
SECÇÃO I – Conteúdo, notificação e publicidade da sentença	123
SECÇÃO II – Impugnação da sentença	133
CAPÍTULO IV – Sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência	136
TÍTULO III – Massa insolvente e intervenientes no processo	137
CAPÍTULO I – Massa insolvente e classificações dos créditos	137
CAPÍTULO II – Órgãos da insolvência	144
SECÇÃO I – Administrador da insolvência	144
SECÇÃO II – Comissão de credores	155

SECÇÃO III – Assembleia de credores	158
TÍTULO IV – Efeitos da declaração de insolvência	163
CAPÍTULO I – Efeitos sobre o devedor e outras pessoas	163
CAPÍTULO II – Efeitos processuais	168
CAPÍTULO III – Efeitos sobre os créditos	172
CAPÍTULO IV – Efeitos sobre os negócios em curso	180
CAPÍTULO V – Resolução em benefício da massa insolvente	201
TÍTULO V – Verificação dos créditos. Restituição e separação de bens	208
CAPÍTULO I – Verificação de créditos	208
CAPÍTULO II – Restituição e separação de bens	217
CAPÍTULO III – Verificação ulterior	219
TÍTULO VI – Administração e liquidação da massa insolvente	221
CAPÍTULO I – Providências conservatórias	221
CAPÍTULO II – Inventário, lista de credores e relatório do administrador da insolvência	225
CAPÍTULO III – Liquidação	226
SECÇÃO I – Regime aplicável	226
SECÇÃO II – Dispensa de liquidação	236
TÍTULO VII – Pagamento aos credores	237
TÍTULO VIII – Incidentes de qualificação da insolvência	244
CAPÍTULO I – Disposições gerais	244
CAPÍTULO II – Incidente pleno de qualificação da insolvência	248
CAPÍTULO III – Incidente limitado de qualificação da insolvência	253
TÍTULO IX – Plano de insolvência	254
CAPÍTULO I – Disposições gerais	254
CAPÍTULO II – Aprovação e homologação do plano de insolvência	267
CAPÍTULO III – Execução do plano de insolvência e seus efeitos	271
TÍTULO X – Administração pelo devedor	291
TÍTULO XI – Encerramento do processo	295
TÍTULO XII – Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares	301
CAPÍTULO I – Exoneração do passivo restante	301
CAPÍTULO II – Insolvência de não empresários e titulares de pequenas empresas	313
SECÇÃO I – Disposições gerais	313
SECÇÃO II – Plano de pagamentos aos credores	314
SECÇÃO III – Insolvência de ambos os cônjuges	321
TÍTULO XIII – Benefícios emolumentares e fiscais	323
TÍTULO XIV – Execução do Regulamento (CE) nº 1346/2000 do Conselho, de 29 de Maio de 2000	326

TÍTULO XV – Normas de conflitos	327
CAPÍTULO I – Disposições gerais	327
CAPÍTULO II – Processo de insolvência estrangeiro	332
CAPÍTULO III – Processo particular de insolvência	334
TÍTULO XVI – Indiciação de infracção penal	336
TÍTULO XVII – Disposições finais	338

## LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Decreto-Lei nº 54/2004, de 18 de Março	343
Lei nº 22/2013, de 26 de Fevereiro, alterada pela Lei 17/2017, de 16 de Maio, pelo Decreto-Lei 52/2019, de 17 de Abril e pela Lei 9/2022, de 11 de Janeiro	347
Lei nº 6/2018, de 22 de Fevereiro, alterada pela Lei 79/2021, de 24 de Novembro	367
Lei nº 7/2018, de 2 de Março	381
Lei nº 8/2018, de 3 de Março	387
Lei nº 75/2020, de 27 de Novembro	411
Decreto-Lei nº 59/2015, de 21 de abril, alterado pela Lei 71/2018, de 31 de Dezembro	427
Decreto-Lei nº 105/2004, de 8 de Maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 85/2011, de 29 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 192/2012, de 23 de Agosto	441
Decreto-Lei nº 75/2017, de 26 de junho	455
Decreto-Lei nº 221/2000 de 9 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 85/2011, de 29 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 18/2013, de 6 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei nº 40/2014	459
Decreto-Lei nº 199/2006, de 25 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de Fevereiro, pela Lei nº 23-A/2015, de 26 de Março, e pela Lei nº 23/2019, de 13 de Março	467
Portaria nº 1039/2004, de 13 de Agosto	487
Resolução do Conselho de Ministros nº 43/2011, de 25 de Outubro de 2011	491
Resolução do Conselho de Ministros nº 11/2012, de 19 de Janeiro de 2012	497

## LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de Maio de 2015 relativo aos processos de insolvência (reformulação)	503
---	-----

Directiva 98/26/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Maio 1998 relativa ao carácter definitivo da liquidação nos sistemas de pagamentos e de liquidação de valores mobiliários, alterada pela Directiva 2009/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio de 2009, pela Directiva 2010/78/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro de 2010, pelo Regulamento (UE) 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, pelo Regulamento (UE) 909/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014 e pela Directiva (UE) 2019/879 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019	579
Directiva 2002/47/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de Junho de 2002 relativa aos acordos de garantia financeira, alterada pela Directiva 2009/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio de 2009, e pela Directiva 2014/59/UE, de 2 de Julho de 2014	593
Directiva 2001/24/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Abril de 2001 relativa ao saneamento e à liquidação das instituições de crédito, alterada pela Directiva 2014/59/UE, de 2 de Julho de 2014	611
BIBLIOGRAFIA CITADA	631
ÍNDICE-SUMÁRIO	637